

Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ 87.612.826/0001-90

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas

Exercício de 2020

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
87.612.826/0001-90
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício: 2020

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	2.680.830,20	1.789.720,12
Créditos a Curto Prazo	199.831,25	442.310,07
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	26.782.854,03	23.734.635,79
Estoques	2.788.391,34	2.926.581,34
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	272.251,78	-
VPD Pagas Antecipadamente	254.198,25	70.474,47
Total do Ativo Circulante	32.978.356,85	28.963.721,79
Ativo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	81.713,06	336.779,37
Investimentos	119.557,47	79.765,96
Imobilizado	16.584.862,22	19.198.719,15
Intangível	-	-
Total do Ativo Não Circulante	16.786.132,75	19.615.264,48
TOTAL DO ATIVO	49.764.489,60	48.578.986,27
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	403.627,23	321.456,16
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	47.120,32	136.820,18
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	29.933,04	18.051,76
Obrigações de Repartições a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	-	79.995,00
Total do Passivo Circulante	480.680,59	556.323,10
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	33.248,62	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	9.965.309,41	27.317.829,40
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Total do Passivo Não Circulante	9.998.558,03	27.317.829,40
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(30,83)
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	39.285.250,98	20.704.864,60
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	-	-
Total do Patrimônio Líquido	39.285.250,98	20.704.833,77
TOTAL DO ATIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.764.489,60	48.578.986,27

EVERTON DA ROSA
CONTADOR
CRC/RS - 07659510-3
CPF nº 962.670.200-10

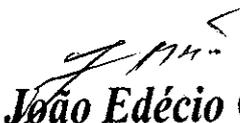
João Edécio Graef
Prefeito Municipal
Matrícula: 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
87.612.826/0001-90
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
Lei nº 4.320/1964

Exercício: 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	29.463.684,23	25.524.355,91
Ativo Permanente	20.300.805,37	23.054.630,36
Total do Ativo	49.764.489,60	48.578.986,27
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	482.475,71	838.814,07
Passivo Permanente	10.446.772,27	27.719.280,56
Total do Passivo	10.929.247,98	28.558.094,63
Saldo Patrimonial (III)=(I-II)	38.835.241,62	20.020.891,64


EVERTON DA ROSA
CONTADOR
CRC/RS - 076595/0-3
CPF nº 962.670.200-10


João Edécio Graef
Prefeito Municipal
Matrícula: 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
 87.612.826/0001-90
BALANÇO PATRIMONIAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadro das Contas de Compensação
 Lei nº 4.320/1964

Exercício: 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	22.186,00	36.000,00
Outros Atos Potenciais Ativos	45.539.098,69	57.410.179,57
Total dos Atos Potenciais Ativos	45.561.284,69	57.446.179,57
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	13.650,00	34.716,00
Obrigações Contratuais	1.369.913,62	1.413.133,90
Outros Atos Potenciais Passivos	424.349,69	185.751,18
Total dos Atos Potenciais Passivos	1.807.913,31	1.633.601,08


EVERTON DA ROSA
 CONTADOR
 CRC/RS - 076595/0-3
 CPF nº 962.670.200-10


João Edécio Graef
 Prefeito Municipal
 Matrícula: 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
 87.612.826/0001-90
BALANÇO PATRIMONIAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadro do Superavit/Deficit Financeiro
 Lei nº 4.320/1964

Exercício: 2020

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
0001 LIVRE	1.598.942,32	279.779,63
0031 FUNDEB	47.466,95	119.357,27
0050 RPPS	26.782.854,03	23.730.035,79
1001 PNAE FUNDAMENTAL FF	24.867,94	-
1004 CONSULTA POPULAR RS 2020 SEC.AGRIC.PESC	216,57	-
1005 TAXAS E MULTAS AMBIENTAIS - LEI 2378/12	32.801,13	24.527,93
1006 AUXILIO COVID-19 LEI ALDIR BLANC L14017/2020	1,72	-
1008 CESSAO ONEROSA - PRE-SAL - LEI N. 13885/2019	-	420.250,83
1014 Q/SE - QUOTA SALARIO EDUCACAO FF	52.872,28	-
1021 PSB - SCFV FF	4.758,50	66.666,45
1022 REFORMA E AMPLIACAO DA QUADRA DA PRACA JOAO SAFFI	-	26.110,36
1031 PNAE CRECHE FF	17.987,08	-
1033 PNAE PRE-ESCOLA FF	11.645,41	-
1038 CADASTRO DE PROGRAMAS SOCIAIS/MDS - IGD-FF	6.726,21	-
1050 IR DOACAO	35.131,47	11.595,91
1059 PNAE EJA FF	1.902,82	-
1064 PSB - PAIF FF	60.814,24	-
1067 IGD-SUAS FF	1.353,79	5.187,32
1068 COVID-19/SUAS PORT MC 369/2020 - EPI	633,68	-
1069 COVID-19/SUAS PORT MC 369/2020 - ALIM	1.815,11	-
1070 PNAE MAIS EDUCACAO FF	-	11.515,55
1071 PNAE AEE	932,80	-
1200 PAVIMENTACAO CONVENIO 829118 MIN CIDADES	10.951,97	33.172,41
1203 PAV. URB. SICONV CONVENIO 847175/17	42.848,44	(154.839,00)
1206 EQUIP. PATRULHA AGRICOLA PROP045635/2018SICONV	21.425,97	20.737,41
1207 EQUIP. PATRULHA AGRICOLA PROP054169/2018SICONV	7.531,48	7.013,93
4011 ATENCAO BASICA PIES FE	7.008,51	-
4050 FARMACIA BASICA FE	29.947,71	26.598,45
4170 SAMU/UPA/URGENCIAS/REMOCAO PAC - MAC	5.332,85	-
4300 Nota Fiscal Gaúcha FE	3.442,28	2.869,70
4303 CONSTRUCAO DE UBS/PSF FE	89,29	5,57
4500 ATENCAO BASICA FF	56,00	14.316,60
4503 ASSISTENCIA FARMACEUTICA FF	39.965,12	9.150,12
4505 INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	115.008,82	26.274,06
4520 ESF/BUCAL/PACS FF	-	2.163,90
4511 CUSTEIO - OUTROS PROGRAMAS FUNDO A FUNDO FF	13.876,03	-
4931 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE FF	-	3.051,65
Total das Fontes de Recursos	28.981.208,52	24.685.541,84

EVERTON DA ROSA
 CONTADOR
 CRC/RS - 076595/0-3
 CPF nº 962.670.200-10

João Edécio Graef
 Prefeito Municipal
 Matrícula: 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
87.612.826/0001-90
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício: 2020
Exercício Atual Exercício Anterior

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.538.443,72	2.632.128,57
Contribuições	1.264.823,22	979.660,01
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	246.939,95	218.930,03
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.181.794,47	3.308.754,55
Transferências e Delegações Recebidas	27.414.507,90	25.158.426,19
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	110.852,71	201.071,93
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	22.571.789,79	63.597.921,10
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	57.329.151,76	96.096.892,38
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos	12.262.279,82	11.082.375,86
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.657.940,87	2.353.810,75
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	8.963.380,98	9.329.049,76
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	102.074,36	84.536,41
Transferências e Delegações Concedidas	4.011.399,74	4.173.891,74
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	5.071.883,67	1.466.582,55
Tributárias	300.346,95	276.441,13
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.372.244,83	71.928.277,90
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	38.741.551,22	100.694.966,10
RESULTADO PATRIMONIAL DE PERÍODO (III)=(I-II)	18.587.600,54	(4.598.073,72)


EVERTON DA ROSA
CONTADOR
CRC/RS - 076595/0-3
CPF nº 962.670.200-10


João Edécio Graef
Prefeito Municipal
Matricula: 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
87.612.826/0001-90
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício: 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos		
Receita Tributária	32.516.808,10	33.728.246,19
Receita de Contribuições	2.520.416,24	2.629.793,16
Receita Patrimonial	1.270.736,38	3.623.476,95
Receita Agropecuária	204.605,66	186.792,50
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	26.887,50	32.245,00
Remuneração das Disponibilidades	1.903.219,76	3.098.602,67
Outras Receitas Derivadas e Originárias	237.036,06	181.089,23
Transferências Recebidas	23.873.792,28	21.117.798,68
Outros Ingressos Operacionais	2.480.114,22	2.858.448,00
Desembolsos	26.495.422,38	28.169.101,31
Pessoal e Demais Despesas	23.070.043,02	22.449.395,17
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	497.805,96	2.861.258,14
Outros Desembolsos Operacionais	2.927.573,40	2.858.448,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	6.021.385,72	5.559.144,88
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos		
Alienação de Bens	120.200,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	120.200,00	-
Outros Ingressos de Investimento	-	-
Desembolsos		
Aquisição de Ativo Não Circulante	2.196.885,58	1.825.482,54
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	2.196.885,58	1.825.482,54
Outros Desembolsos de Investimento	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)	(2.076.685,58)	(1.825.482,54)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
Desembolsos		
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	134.261,88
Outros Desembolsos de Financiamento	-	134.261,88
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	(134.261,88)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	3.944.700,14	3.599.400,46
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	25.524.355,91	21.924.970,78
Caixa e Equivalente de Caixa Final	29.463.684,23	25.524.355,91

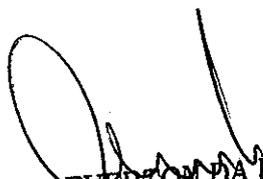

EVERTON DA ROSA
CONTADOR
CRC/RS - 076595/0-3
CPF nº 962.670.200-10


João Edécio Graef
Prefeito Municipal
Matricula: 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
 87.612.826/0001-90
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadro das Transferências Recebidas e Concedidas

Exercício: 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	20.381.530,34	18.259.164,21
da União	11.188.133,73	9.787.310,72
de Estados e Distrito Federal	9.193.396,61	8.471.853,49
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	3.492.261,94	2.858.634,47
Total das Transferências Correntes Recebidas	23.873.792,28	21.117.798,68
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	199.892,12	143.923,44
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	84.708,80	70.886,72
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	115.183,32	73.036,72
Intragovernamentais	-	2.444.418,70
Outras Transferências Correntes Concedidas	297.913,84	272.916,00
Total das Transferências Correntes Concedidas	497.805,96	2.861.258,14

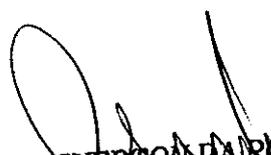

EVERTON DA ROSA
 CONTADOR
 CRC/RS - 076595/0-3
 CPF nº 962.670.200-10

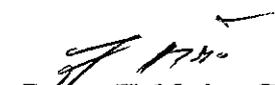

João Edécio Graef
 Prefeito Municipal
 Matrícula: 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
 87.612.826/0001-90
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Exercício: 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa	977.239,05	1.024.032,29
Judiciária	184,80	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	3.089.088,07	3.042.579,96
Defesa Nacional	11.283,86	10.732,96
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	765.492,04	754.630,85
Previdência Social	2.463.622,36	2.457.810,08
Saúde	5.972.662,52	5.399.694,98
Trabalho	-	-
Educação	4.758.114,31	5.090.492,75
Cultura	80.967,25	106.734,35
Direitos da Cidadania	-	1.000,00
Urbanismo	1.642.463,47	1.459.121,30
Habitação	30.556,71	31.766,06
Saneamento	68.909,35	48.160,93
Gestão Ambiental	-	3.575,00
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	888.815,53	802.595,25
Organização Agrária	-	-
Indústria	9.934,80	-
Comércio e Serviços	10.300,00	15.200,00
Comunicações	-	5.613,55
Energia	-	-
Transporte	1.732.610,16	1.362.293,25
Desporto e Lazer	21.380,39	59.008,50
Encargos Especiais	546.418,35	774.353,11
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	23.070.043,02	22.449.395,17


EVERTON DA ROSA
 CONTADOR
 CRCRS - 076595/0-3
 CPF nº 962.670.200-10

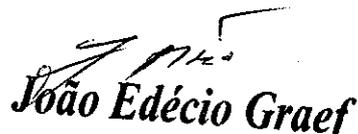

João Edécio Graef
 Prefeito Municipal
 Matrícula: 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
87.612.826/0001-90
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadro de Juros e Encargos da Dívida

Exercício: 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-


EVERTON DA ROSA
CONTADOR
CRC/RS - 07559510-3
CPF Nº 962.570.200-10


João Edécio Graef
Prefeito Municipal
Matrícula: 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
 87.612.826/0001-90
BALANÇO FINANCEIRO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício: 2020

INGRESSOS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		
Ordinária	30.156.893,88	30.869.798,19
Vinculada	15.031.687,48	13.567.639,20
Recursos Vinculados à Educação	15.125.206,40	17.302.158,99
Recursos Vinculados à Saúde	5.673.442,56	5.246.395,70
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	5.754.496,78	4.471.210,13
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	2.933.655,91	6.373.626,52
Recursos Vinculados à Assistência Social	-	-
Outras Destinações de Recursos	345.943,30	224.939,43
	417.667,85	985.987,21
Transferências Financeiras Recebidas (II)		
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Aporte de Recursos para o RPPS	-	-
Transferências Recebidas para Aporte de Recursos para o RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)		
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.922.608,53	3.643.438,30
Inscrição de Restos a Pagar Processados	410.747,96	630.658,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31.746,35	154.331,94
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.480.114,22	2.858.448,00
	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)		
Caixa e Equivalente de Caixa	25.524.355,91	21.924.970,78
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	25.524.355,91	21.924.970,78
	-	-
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)	58.603.858,32	56.438.207,27


EVERTON DA ROSA
 CONTADOR
 CRC/RS - 076595/0-3
 nº 962.670.200-10


João Edécio Graef
 Prefeito Municipal
 Matrícula: 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
87.612.826/0001-90
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício:

2020

DISPÊNDIOS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	25.427.476,31	27.506.811,14
Ordinária	10.276.446,33	12.435.161,99
Vinculada	15.151.029,98	15.071.649,15
Recursos Vinculados à Educação	5.341.388,14	5.768.900,18
Recursos Vinculados à Saúde	6.477.230,00	6.138.640,71
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	2.459.022,36	2.462.410,08
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	-	-
Recursos Vinculados à Assistência Social	341.693,82	196.932,15
Outras Destinações de Recursos	531.695,66	504.766,03
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	5.371,82	-
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	5.371,82	-
Transferências Concedidas para Aporte de Recursos para o RPPS	-	-
Transferências Concedidas para Aporte de Recursos para o RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3.707.325,96	3.407.024,89
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	625.600,62	319.619,17
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	154.151,94	228.957,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.480.114,22	2.858.448,00
Outros Pagamentos Extraorçamentários	447.459,18	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	29.463.684,23	25.524.355,91
Caixa e Equivalente de Caixa	29.463.684,23	25.524.355,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)	58.603.858,32	56.438.191,94

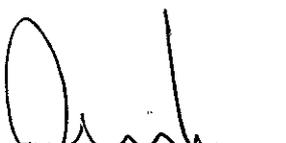

EVERTON DA ROSA
CONTADOR
CRC/RS - 076595/0-3
CNPJ 08.757.020-10


João Edécio Graef
Prefeito Municipal - Mat. 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
87.612.826/0001-90
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b)
Receitas Correntes (I)	28.010.783,16	29.904.849,04	29.569.920,88	(334.928,16)
Receita Tributária	2.955.965,05	2.955.965,05	2.520.416,24	(435.548,81)
Receita de Contribuições	1.100.278,10	1.100.278,10	1.270.736,38	170.458,28
Receita Patrimonial	2.696.520,24	2.699.673,75	2.107.825,42	(591.848,33)
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	15.536,07	15.536,07	26.887,50	11.351,43
Transferências Correntes	21.072.162,20	22.948.032,07	23.407.019,28	458.987,21
Outras Receitas Correntes	170.321,50	185.364,00	237.036,06	51.672,06
Receitas de Capital (II)	862.607,38	1.371.587,88	586.973,00	(784.614,88)
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	120.250,00	120.200,00	(50,00)
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	862.607,38	1.251.337,88	466.773,00	(784.564,88)
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	28.873.390,54	31.276.436,92	30.156.893,88	(1.119.543,04)
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	28.873.390,54	31.276.436,92	30.156.893,88	(1.119.543,04)
Deficit (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VIII)=(V+VI)	28.873.390,54	31.276.436,92	30.156.893,88	(1.119.543,04)
Saldos de Exercícios Anteriores				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores			660.271,73	
Superavit Financeiro			655.496,83	
Reabertura de Créditos Adicionais			4.774,90	


EVERTON DA ROSA
CONTADOR
CPF: 078.598.70.2
RG: 2.276.220.10


João Edécio Graef
Prefeito Municipal
Matrícula: 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
87.612.826/0001-90

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Exercício: 2020					
	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Despesas Correntes (VIII)	23.962.325,43	26.530.725,74	23.630.124,09	23.421.262,97	23.406.016,62	2.900.601,65
Pessoal e Encargos Sociais	15.739.253,32	16.406.059,43	15.095.504,45	15.095.504,45	15.095.504,45	1.310.554,98
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.223.072,11	10.124.666,31	8.534.619,64	8.325.758,52	8.310.512,17	1.590.046,67
Despesas de Capital (IX)	1.836.600,44	2.667.829,64	1.797.352,22	1.595.465,38	1.578.965,38	870.477,42
Investimentos	1.836.600,44	2.667.829,64	1.797.352,22	1.595.465,38	1.578.965,38	870.477,42
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência (X)	312.000,14	0,14	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IX+X)	26.110.926,01	29.198.555,52	25.427.476,31	25.016.728,35	24.984.982,00	3.771.079,21
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	26.110.926,01	29.198.555,52	25.427.476,31	25.016.728,35	24.984.982,00	3.771.079,21
Superavit (XIV)	2.762.464,53	2.077.881,40	4.729.417,57	-	-	-
TOTAL (XV)=(XIII+XIV)	28.873.390,54	31.276.436,92	30.156.893,88	25.016.728,35	24.984.982,00	1.119.543,04
Reserva do RPPS	2.762.464,53	2.425.464,53	-	-	-	-

EVERTON DA ROSA
CONTADOR
C.R.C. Nº 1.463.743/RS
CNPJ Nº 06.715.752/00-10

J. Graef
João Edécio Graef
Prefeito Municipal
Matrícula: 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

87.612.826/0001-90

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Exercício: 2020

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f)=(a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	23.089,50	31.460,19	50.472,25	50.472,25	1.677,44	2.400,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	23.089,50	31.460,19	50.472,25	50.472,25	1.677,44	2.400,00
Despesas de Capital	30.194,27	599.198,17	575.128,37	575.128,37	17.402,67	36.861,40
Investimentos	30.194,27	599.198,17	575.128,37	575.128,37	17.402,67	36.861,40
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	53.283,77	630.658,36	625.600,62	625.600,62	19.080,11	39.261,40


EVERTON DA ROSA
 CONTADOR
 CRC/RS - 07659578-3
 CPF nº 962.870.200-10


João Edécio Graef
 Prefeito Municipal
 Matrícula: 2309

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
87.612.826/0001-90

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Exercício: 2020				
	Em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos Em 31 de dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a Pagar (e)=(a+b-c-d)
Despesas Correntes	540,00	34.331,94	34.151,94	-	720,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	540,00	34.331,94	34.151,94	-	720,00
Despesas de Capital	-	120.000,00	120.000,00	-	-
Investimentos	-	120.000,00	120.000,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	540,00	154.331,94	154.151,94	-	720,00


EVERTON DA ROSA
CONTADOR
CRC/RS - 076595/0-3
RUA ... 111


João Edécio Graef
Prefeito Municipal
Matrícula: 2309

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
Exercício Financeiro de 2020 – Data-base em 31 dez. 2020

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA – RS
CNPJ nº 87.612.826/0001-90

CONTEXTO OPERACIONAL

O município de Independência, localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul possui uma população estimada de 6.109 habitantes e ocupa uma área de 358,283 km².

Constitui pessoa jurídica de Direito Público Interno, cujas Demonstrações Contábeis são regidas pela Lei Complementar nº 101/2000, Lei Federal nº 4.320/1964 e demais atos legais e normativos de Direito Financeiro Público, em especial o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

O Município de Independência tem em suas atividades e operações a natureza predominante da prestação de serviços públicos de forma direta aos seus munícipes visando ao atendimento da coletividade, desempenhadas através dos Programas e Ações realizados pelos órgãos e entidades da Administração Direta.

ENTIDADES ABRANGIDAS

Estas demonstrações contábeis abrangem as seguintes entidades e seus respectivos órgãos:

- 1) Integrantes da Administração Direta
 - a) Câmara de Vereadores;
 - b) Prefeitura;
 - c) Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito;
 - d) Secretaria de Administração;
 - e) Secretaria da Fazenda;
 - f) Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Turismo;
 - g) Secretaria de Obras e Viação;

¹ IBGE Cidades (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/independencia/panorama>), consultado em 18 nov. 2020



1

- h) Secretaria de Serviços Urbanos e Trânsito;
- i) Secretaria de Saúde;
- j) Secretaria de Assistência Social;
- k) Secretaria de Agricultura e Abastecimento.
- l) Fundo de Previdência dos Servidores Municipais.

Além do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais, o Poder Executivo conta ainda com os seguintes fundos especiais, sem personalidade jurídica:

- 1) Fundo de Habitação de Interesse Social;
- 2) Fundo Municipal de Assistência Social;
- 3) Fundo Municipal de Defesa Civil;
- 4) Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
- 5) Fundo Municipal de Saúde;
- 6) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

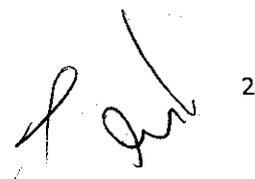
O município não possui entidades da Administração Indireta.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis obedecem às estruturas contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 com as alterações feitas pela Portaria STN nº 438/2012, conforme competência estabelecida pelo art. 113 da Lei nº 4.320/1964 e em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASp). As disposições acerca de tais demonstrativos são disciplinadas pelo MCASP, observando as NBT TSP.

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei nº 4.320-1964, na LC 101-2000, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade, mais especificamente as NBC TSP

As regras para a elaboração das demonstrações contábeis têm por base as contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), cuja a utilização é obrigatória para a União, os estados, o Distrito Federal e para os municípios.



Segundo a lógica estabelecida pelo PCASP, as contas contábeis intra-orçamentárias (intra-OFSS) foram excluídas para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do ente da Federação.

Para elaboração do Balanço Orçamentário, houve exclusão das receitas e despesas intra-orçamentárias.

Salvo indicação expressa em contrário, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 4, 5, 6, 7 e 8, bem como as disposições do MCASP em sua edição vigente para 2020.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

REGIMES DE COMPETÊNCIA

O setor público brasileiro se sujeita a dois regimes de competência distintos: o regime de competência orçamentária e o regime de competência contábil.

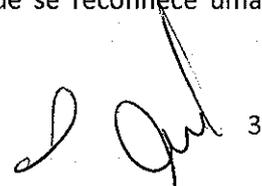
O regime de competência orçamentária decorre do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/1964, o qual estabelece que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O regime de competência contábil decorre primariamente da doutrina contábil e estabelece que o registro contábil é realizado na data de ocorrência do fato gerador, independentemente de quando se deu ou dará o ingresso ou dispêndio de caixa.

Assim, é possível que do ponto de vista da interrelação entre ambos os regimes, os aspectos patrimoniais dos eventos possam ocorrer antes, durante ou após o evento orçamentário.

Quanto a receita, a normalidade dos eventos implicam no reconhecimento da variação patrimonial aumentativa antes ou no momento da arrecadação da receita orçamentária.

Do lado da despesa, na normalidade, o impacto patrimonial acontece de forma concomitante ou posterior ao empenho da despesa, visto que, de forma geral, o reflexo patrimonial da despesa orçamentária ocorre por ocasião da liquidação da despesa, momento em que se reconhece uma



3

variação patrimonial diminutiva ou uma variação no ativo, em contrapartida do reconhecimento de uma obrigação.

Porém, principalmente quanto à despesa, situações de anormalidade acontecem de forma que o reconhecimento das variações patrimoniais e das obrigações acabam ocorrendo antes da emissão do empenho orçamentário. Nesse sentido, em 2020 ocorreram as seguintes anormalidades quanto à despesa:

Tabela 1 Execução de despesa em desconformidade com a Lei de Finanças e/ou LRF

Evento	Valor
Execução de despesa sem prévio empenho	91.390,03
Execução de despesa sem autorização orçamentária	28.726,95

Para fins de comparação, apresenta-se a evolução anual desde o início dos registros desse tipo de fato.

Tabela 2 Evolução das despesas sem empenho prévio e/ou dotação orçamentária

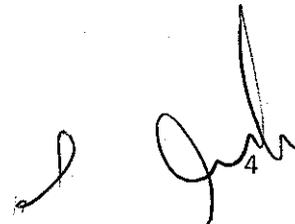
Exercício	Sem empenho prévio	Sem autorização orçamentária
2014	166.531,86	17.258,63
2015	197.770,94	13.961,33
2016	136.080,07	0,00
2017	61.013,43	0,00
2018	44.851,02	0,00
2019	111.104,59	30.902,20
2020	91.390,03	28.726,95

É considerada sem autorização orçamentária a despesa que, na data do fato gerador da despesa, não contava com dotação adequada e suficiente.

Como adequada entende-se a existência de dotação com a classificação orçamentária institucional, funcional, programática e quanto a natureza da despesa que espelhe as características da despesa executada.

Como suficiente, entende-se a existência de dotação adequada com saldo suficiente para cobrir o valor da despesa executada.

É considerada despesa sem empenho prévio aquela em que o fato gerador ocorreu antes da emissão da nota de empenho.



BENEFÍCIOS SOCIAIS (NBC TSP 29)

Benefícios sociais são transferências de caixa concedidas para:

- 1) Famílias e/ou indivíduos específicos que atendem aos critérios de elegibilidade;
- 2) Mitigar o efeito de riscos sociais; e
- 3) Atender às necessidades da sociedade como um todo.

Nesse sentido, durante o exercício financeiro foram concedidos os seguintes benefícios sociais:

Tabela 3 Benefícios Sociais concedidos, em valores empenhados

Benefício	Exercício Atual	Exercício Anterior
Benefícios Eventuais de Assistência Social	39.747,07	25.552,90
Distribuição de Medicamentos	97.733,64	47.253,93
Consultas e Exames na rede privada	501.623,86	480.364,28
Internações para tratamento de saúde	31.915,40	39.651,00
Distribuição de outros benefícios	89.324,00	37.279,52
Total	760.343,97	630.101,63

Os benefícios sociais apresentados englobam:

- 1) Fornecimento de cestas básicas para famílias em vulnerabilidade social;
- 2) Fornecimento de outros gêneros, tais como fraldas, leite, material de higiene, para famílias em vulnerabilidade social;
- 3) Pagamento de parte das despesas com funeral para famílias em situação de vulnerabilidade social;
- 4) Distribuição de medicamentos à população em geral;
- 5) Pagamento de consultas e exames na rede privada para a população em geral;
- 6) Pagamento da internação de dependentes químicos, alcoólicos ou pacientes psiquiátricos, em instituições especializadas, para tratamento;

Os benefícios são custeados integral ou parcialmente pelo município através das dotações orçamentárias e o pagamento, via empenho da despesa, aos prestadores de serviços, fornecedores de materiais e instituições de internação.



CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Registro das Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa são registradas de forma segregada por fonte de recursos, conforme determina o art. 50, inciso I da Lei Complementar nº 101/2000.

As disponibilidades de caixa do regime de previdência social próprio dos servidores públicos, vinculadas a fundo específico a que se referem os arts. 249 e 250 da Constituição, foram depositadas em conta separada das demais disponibilidades do município, conforme determina o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000.

Salvo situações excepcionais e em valores não relevantes, as disponibilidades de caixa e equivalentes permaneceram aplicadas no mercado financeiro ou em poupança enquanto não utilizadas.

Os recursos extraorçamentários arrecadados foram contabilizados de forma segregada dos demais recursos, inclusive quanto à fonte de recursos utilizadas.

As disponibilidades de caixa e equivalentes foram depositadas em instituições financeiras oficiais conforme estabelece o § 3º do art. 164 da Constituição.

Em virtude de a operacionalização dos pagamentos relativos à folha de pagamento de pessoal estar contratada com a cooperativa de crédito SICREDI, o município mantém conta bancária naquela instituição financeira para utilização transitória dos recursos durante o processamento da folha de pagamento.

Rendimentos Financeiros

Os rendimentos financeiros obtidos pela aplicação das disponibilidades do Poder Legislativo no mercado financeiro são registrados como receita extraorçamentária uma vez que o Poder Legislativo não registra receitas orçamentárias. O registro da receita orçamentária acontece no Poder Executivo mediante o registro da despesa extraorçamentária no Legislativo. Concomitantemente a isso, registra-se uma antecipação do repasse de duodécimo do Executivo para o Legislativo. Dessa forma, compensa-se a despesa extraorçamentária e a receita orçamentária com a antecipação do duodécimo evitando o trânsito financeiro entre Executivo e Legislativo.



As valorizações do montante depositado em aplicações financeiras foram registradas mensalmente no ativo em contrapartida a variações patrimoniais aumentativas, sendo executadas orçamentariamente como receitas orçamentárias do período.

As desvalorizações do montante depositado em aplicações financeiras foram registradas mensalmente no ativo em contrapartida a variações patrimoniais diminutivas, sendo executadas orçamentariamente como deduções das receitas orçamentárias do período até o limite da receita orçamentária arrecadada no ano. Os montantes que ultrapassaram o montante arrecadado no ano foram registrados apenas patrimonialmente através de variações patrimoniais diminutivas.

CRÉDITOS A RECEBER

Os créditos a receber foram registrados, em sua maioria, pelo regime de competência.

A segregação em circulante e não circulante foi feita tomando como data-base a data das demonstrações contábeis, sendo que aqueles cuja expectativa de recebimento até doze meses após a data das demonstrações foram classificados no curto prazo (circulante) e os demais, classificados no longo prazo (não circulante).

Créditos a Receber por Competência

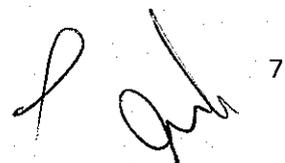
Atualmente estão sendo registrados os seguintes créditos por competência:

- 1) Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com base no informativo da STN, a cada dez dias, aproximadamente. Também é registrado o passivo referente ao FUNDEB a reter sobre o FPM;
- 2) IPTU do exercício, com base nas informações do Setor de Fiscalização Tributária;

Ajustes para Perdas de Créditos a Receber

Os ajustes de perdas de créditos a receber foram contabilizados no longo e curto prazo de acordo com a composição percentual dos saldos a receber em cada categoria.

Os ajustes para perdas de créditos a receber foram estimados para os valores de dívida ativa visto serem estes os mais relevantes e passíveis de maiores perdas. Detalhes podem ser encontrados no item Ajustes para Perdas na Dívida Ativa da subseção Dívida Ativa da seção Principais Políticas Contábeis.

 7

RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO

Na identificação de eventual ou possível dano ao patrimônio, quando instaurado processo para apuração da responsabilidade, se dado ao conhecimento do Serviço de Contabilidade, o fato é registrado em contas de controle de acordo com a natureza do fato investigado.

Quando ocorre a conclusão do processo de identificação da responsabilidade, sendo identificado responsável e lhe atribuído valor a indenizar o município, quando do conhecimento pelo Serviço de Contabilidade, o valor registrado com EM APURAÇÃO é baixado para que se efetue o registro no ativo como crédito a receber decorrente de dano ao patrimônio público.

Contudo, o fluxo de informações e o controle é bastante incipiente fazendo com que, muitas vezes, o registro ocorra apenas quando ocorre a restituição do valor, momento em que ocorre o conhecimento dos fatos pelo Serviço de Contabilidade.

Providências têm sido tomadas para melhorar o fluxo de informações para que estas sejam fornecidas tempestivamente para registro, porém os resultados ainda não são plenamente visíveis.

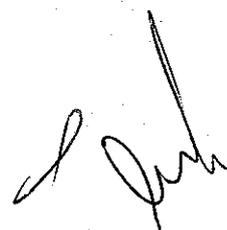
Uma exceção à regra da necessidade de instauração de procedimento para apuração de responsabilidade se dá quanto às despesas sem empenho prévio, cujos detalhes constam na subseção Regimes de Competência da seção Principais Políticas Contábeis.

DÍVIDA ATIVA

A dívida ativa do município é controlada analiticamente pelos Setores de Tributação e Fiscalização Tributária, existindo integração entre os sistemas informatizados de dívida ativa e o de contabilidade.

Tabela 4 Resumo da movimentação da dívida ativa

Tipo	Saldo Inicial	Inscrição	Encargos /Outros	Recebimentos	Cancelamentos	Saldo Final
Tributária	379.773,52	133.024,94	74.897,04	88.513,72	507,91	498.673,87
Não Tributária	536.286,83	7.121,08	63.976,08	764,99	0,00	606.619,00
Total	916.060,35	140.146,02	138.873,12	89.278,71	507,91	1.105.292,87



8

Ajustes para Perdas na Dívida Ativa

Os ajustes para perdas da dívida ativa adotaram a metodologia do percentual médio não arrecadado, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Tabela 5: Apuração do percentual médio de recebimento da dívida ativa

Dívida Ativa	2018			2019			2020			Média Arrecadada
	Saldo 31/12	Valor Recebido	% Recebido	Saldo 31/12	Valor Recebido	% Recebido	Saldo 31/12	Valor Recebido	% Recebido	
IPTU	256.763,59	70.209,24	27,34%	314.391,77	99.398,53	31,62%	411.255,51	86.859,67	21,12%	26,69%
ISS	5.301,17	476,00	8,98%	6.873,98	1.377,17	20,03%	12.022,79	318,52	2,65%	10,55%
Taxas Não Tributária	49.251,89	4.987,76	10,13%	58.507,77	6.716,50	11,48%	75.395,57	1.489,53	1,98%	7,86%
Tributária	295.945,41	5.012,20	1,69%	241.989,76	6.548,52	2,71%	606.619,00	764,99	0,13%	1,51%

Tabela 6: Apuração do valor do ajuste para perdas em dívida ativa

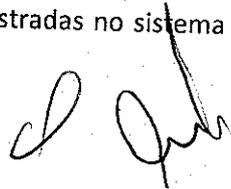
Dívida Ativa	Saldo Dívida Ativa		Saldo da Perda		
	Atual	Perda	Atual	Atualizado	Ajuste
IPTU	411.255,51	73,31%	192.227,41	301.476,79	109.249,38
ISS	12.022,79	89,45%	0,00	10.753,87	10.753,87
Taxas	75.395,57	92,14%	51.180,30	69.468,89	18.288,59
Não Tributária	606.619,00	98,49%	236.128,17	597.467,46	361.339,29

Segregação em Circulante e Não Circulante

A segregação em circulante e não circulante foi feita tomando-se como de curto prazo os valores previstos na receita orçamentária da dívida ativa constantes na Lei Orçamentária Anual para 2021, tendo em vista que se trata dos valores previstos para serem recebidos em até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Encargos da Dívida Ativa

Tendo em vista que neste ano houve a implantação da integração entre os sistemas informatizados de dívida ativa e de contabilidade, alguns ajustes vêm sendo necessários em virtude da forma como a integração é processada. Atualmente, o sistema de dívida ativa apura diariamente os encargos de mora, porém, tendo em vista que nem sempre o Setor de Tesouraria mantém em dia os lançamentos do caixa, acabam ocorrendo divergências entre os valores calculados de encargos pois na data do cálculo dos encargos podem haver dívidas já recebidas, porém ainda não registradas no sistema de



9

tesouraria. Paliativamente, até que a desenvolvedora do sistema encontre uma solução, são feitos ajustes de pequena monta no encerramento de cada mês a fim de corrigir os valores contabilizados a maior que o devido.

INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS

O município mantém três classes de investimentos e aplicações temporárias: os investimentos do RPPS, participação em consórcios públicos e participações em sociedades por ações.

Os investimentos temporários do RPPS representam as aplicações financeiras no segmento de renda fixa ou referenciados IMA/IDKa e são alocados todos no ativo de curto prazo.

A contabilização das valorizações e desvalorizações é detalhada no item Rendimentos Financeiros da subseção Caixa e Equivalente de Caixa da seção Principais Políticas Contábeis.

A participação em consórcios públicos é registrada pelo método de equivalência patrimonial, conforme estabelece a Portaria STN nº 72/2012, ou seja, os valores transferidos ao consórcio por meio de contrato de rateio são integralmente registrados como investimentos no ativo, sendo ajustados anualmente com base na participação da entidade sobre o patrimônio líquido do consórcio. Em 2020 não houve atualização tendo em vista que as informações necessárias foram recebidas do consórcio após o encerramento do exercício.

ESTOQUES

O município possui sistema informatizado de controle de estoques, porém não há integração com o sistema informatizado de contabilidade.

Anualmente, é realizado levantamento dos saldos em estoque, porém as poucas informações repassadas pelos responsáveis pelo levantamento não possibilitam qualquer tipo de atualização nos registros contábeis existentes.

Diante deste cenário, as aquisições de materiais passíveis de controle de estoque são registradas como variação patrimonial diminutiva já no momento da liquidação do empenho. Assim, o saldo registrado em estoque não condiz com a realidade. A situação foi, por diversas vezes informada às autoridades competentes, porém, nenhuma providência foi tomada, até o momento.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Normalmente este grupo de contas registra os pagamentos antecipados de seguros patrimoniais que são apropriados mensalmente durante a vigência das respectivas apólices.

Também há o registro de parcelas repassadas a entidades, via termo de fomento, por incentivos a empresas e outros instrumentos, as quais são apropriadas como VPD apenas na aprovação das respectivas prestações de contas. O mesmo ocorre com as diárias de viagem pagas e que são apropriadas como VPD por ocasião da apresentação da prestação de contas da viagem.

SUPRIMENTOS DE FUNDOS - ADIANTAMENTOS

O município utiliza o instituto de suprimento de fundos (adiantamento) para o pagamento de despesas que não podem ser submetidas ao regime normal de execução da despesa.

O processo de suprimento de fundos implica na entrega de numerário diretamente ao servidor responsável pela despesa, por meio de empenho, o qual deve prestar contas da utilização dos recursos.

As principais despesas em que se utiliza essa sistemática são aquelas relacionadas aos veículos da Secretaria de Saúde quando em viagem para fora do município, despesas que, em geral são de combustível, pedágio, estacionamento e, eventualmente, manutenção dos veículos quando em viagem.

Na entrega do recurso ao servidor responsável, mediante o pagamento de empenho, é registrada uma VPD a apropriar no ativo e o registro do valor a prestar contas em contas de controle.

Quando o servidor apresenta a prestação de contas e a mesma é aprovada, apropria-se a variação patrimonial diminutiva e se atualizam os registros das contas de controle.

ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é controlado de forma analítica pelo Setor de Patrimônio e de forma sintética pelo Serviço de Contabilidade, havendo integração entre os respectivos sistemas informatizados para o registro automatizado das movimentações.

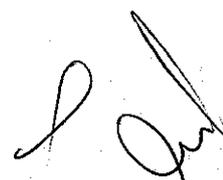


Tabela 7 Composição do Imobilizado

Classe de ativo	Saldo Bruto	(-) Depreciação	(=) Saldo Líquido
Equipamentos e ferramentas	3.443.592,86	1.478.405,14	1.965.187,72
Bens de informática	783.207,33	375.826,79	407.380,54
Móveis e utensílios	601.817,97	224.826,69	376.991,28
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	132.516,70	57.712,57	74.804,13
Veículos	5.684.115,20	3.110.361,70	2.573.753,50
Bens móveis a alienar	44.528,75	44.527,75	1,00
Bens móveis a classificar	0,00	0,00	0,00
Material permanente empenhado como de consumo	3.466,47	0,00	3.466,47
Material permanente controlado por relação carga	4.423,82	0,00	4.423,82
Bens imóveis de uso especial	10.400.671,86	560.043,64	9.840.628,22
Bens de uso comum do povo	132.428,17	0,00	132.428,17
Obras em andamento	843.036,41	0,00	843.036,41
Instalações	92.614,16	0,00	92.614,16
Demais bens imóveis	270.146,80	0,00	270.146,80
Total	22.436.566,50	5.851.704,28	16.584.862,22

O valor registrado como "Demais bens imóveis" se refere a obras concluídas aguardando reavaliação.

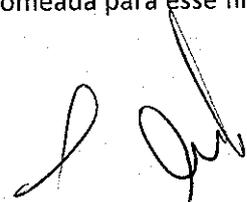
Em 2020 foi registrada uma variação líquida positiva de R\$ 7.620,00 como resultado das reavaliações registradas no ano.

Além disso, foi registrado uma perda líquida de R\$ 175.964,31 como resultado da alienação de bens do imobilizado.

Houve ainda a desincorporação de imobilizado num montante de R\$ 2.744.727,37 consistindo em sua maioria de desincorporação de ativos de infraestrutura cujo registro ainda não é obrigatório em virtude de deficiências no registro original e falta de inclusão da totalidade desses ativos (princípio da prudência).

Avaliação

Os itens registrados no Ativo Imobilizado são avaliados pelo método de custo quando adquiridos de forma onerosa. Os itens recebidos em doação ou por meio de outras formas não onerosas são reconhecidos pelo valor de avaliação constante no instrumento de transferência ou, no caso de omissão do valor, de acordo com a avaliação de Comissão especificamente nomeada para esse fim.



Regulamentação

O regulamento do controle patrimonial do município encontra-se expresso no Decreto Municipal nº 184/2019 que estabelece entre outras regras, as seguintes:

- 1) Válido para todos os órgãos do município, inclusive quanto à Câmara de Vereadores;
- 2) Material permanente é caracterizado como aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde sua identidade física, e/ou tem durabilidade superior a dois anos;

Material Permanente x Material de Consumo

Será classificado como material de consumo aquele que apresentar uma das seguintes características:

- 1) Durabilidade, quando o material em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;
- 2) Fragilidade, cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e/ou perda de sua identidade;
- 3) Perecibilidade, quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso;
- 4) Incorporabilidade, quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal; E
- 5) Transformabilidade, quando adquirido para fim de transformação.

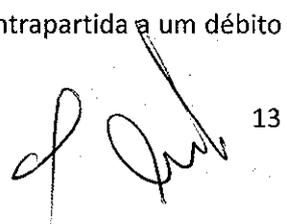
Os materiais permanentes não tombados serão controlados por relação carga;

De regra, são tombados os bens classificados como material permanente;

Anualmente, os órgãos municipais devem enviar ao Serviço de Contabilidade a movimentação dos bens controlados por relação carga para fins de atualização dos registros contábeis;

Contabilização

Para fins de possibilitar a integração dos sistemas, no momento da liquidação da despesa é utilizada uma conta transitória de bens móveis a classificar que irá receber o valor devedor liquidado. Tal conta será creditada por ocasião do registro do bem no sistema patrimonial, em contrapartida a um débito na conta contábil adequada ao tipo de ativo imobilizado.



13

Eventualmente, ocorrem aquisições de bens classificados como equipamento ou material permanente que são, por razões diversas, classificados orçamentariamente como material de consumo. Nessa circunstância, são registrados no sistema contábil em conta do imobilizado denominada MATERIAL PERMANENTE EMPENHADO COMO MATERIAL DE CONSUMO.

Obras em Andamento

As obras em andamento são apropriadas em conta contábil do imobilizado própria até sua conclusão, quando são então transferidas para a conta contábil do imobilizado adequada com o tipo de bem imóvel produzido, com o correspondente registro pelo Setor de Patrimônio.

Depreciação, Exaustão e Amortização

A depreciação, amortização e exaustão obedecem ao regramento do Decreto Municipal nº 184/2019.

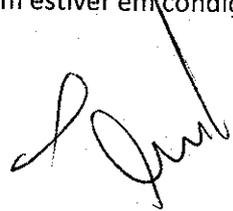
A depreciação, a amortização e a exaustão são calculadas mensalmente, para todos os bens depreciáveis registrados no Ativo Imobilizado do Município, obedecendo-se ao decreto regulamentador, às Normas Brasileiras de Contabilidade e às demais normas aplicáveis, em especial as editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Consideram-se bens não depreciáveis:

- 1) Bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;
- 2) Bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;
- 3) Animais que se destinam à exposição e à preservação;
- 4) Terrenos rurais e urbanos;

O cálculo da depreciação, amortização e exaustão fica a cargo do Setor de Patrimônio, obedecidas as orientações e diretrizes do Setor de Contabilidade.

A depreciação, a amortização e a exaustão de um ativo começam quando o item estiver em condições de uso.



14

A depreciação, a amortização e a exaustão de um ativo não cessam quando o ativo se torna obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

Para o cálculo da depreciação, amortização e exaustão, o Setor de Patrimônio poderá utilizar um dos seguintes métodos:

- 1) Método das quotas constantes;
- 2) Método da soma dos dígitos;
- 3) Método das Unidades Produzidas.

É possível adotar métodos distintos para cada bem ou espécie de bens, conforme as características próprias e técnicas existentes.

Atualmente, todos os itens em depreciação utilizam o método das quotas constantes.

A alteração de método de cálculo somente poderá ocorrer entre um exercício e outro, devendo ser evidenciadas pelo Setor de Contabilidade quando da elaboração das Demonstrações Contábeis.

Para bens adquiridos novos, a depreciação será calculada pela alíquota mensal completa, independentemente da data de aquisição ou instalação do bem.

Para fins de determinação da vida útil do bem, existe tabela padronizada por conta patrimonial elaborada pelo Setor de Contabilidade.

Tabela 8 Vida útil considerada para fins de depreciação

Classe de ativo	Vida útil
Equipamentos e ferramentas	10 anos
Bens de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	10 anos
Veículos	5 anos
Demais bens móveis	10 anos
Bens imóveis	25 anos
Instalações	10 anos

Reavaliação

A reavaliação obedece ao regramento do Decreto Municipal nº 184/2019.



O procedimento de reavaliação deve ser conduzido por Comissão composta para tal fim, sob orientação e supervisão do Serviço Patrimonial e orientação do Setor de Contabilidade, os quais não a integrarão.

A reavaliação dos componentes do Ativo Imobilizado deve ocorrer, pelo menos:

1. Anualmente, para as contas ou grupos de contas cujos valores de mercado variem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;
2. Sempre que ocorrer um fato que altere ou possa alterar significativamente o valor de mercado de determinado bem;
3. Anteriormente a alienações de bens do Ativo Imobilizado;
4. A cada quatro anos, para os demais casos.

A reavaliação dos bens móveis levará em consideração o valor de mercado do bem novo, o estado de conservação do bem, o período já utilizado da vida útil do bem e o período estimado de utilização futura do bem.

Inventário de Bens Móveis e Imóveis

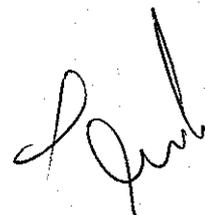
O inventário geral do imobilizado está previsto no Decreto Municipal nº 184/2019.

Anualmente deve ser realizado pelas Comissões Setoriais de Inventário Patrimonial o inventário de bens patrimoniais nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 4.320/64.

Embora até a data da elaboração destas notas explicativas o serviço de contabilidade não tenha recebido os relatórios do inventário de 2020, foi possível obter no sistema informatizado do patrimônio a lista de bens não encontrados em inventário, a qual contém 398 bens com valor líquido de R\$ 99.998,31.

APROPRIAÇÃO DE FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO POR COMPETÊNCIA

Os valores estimados de férias e 13º salário com base nas informações do sistema informatizado de pessoal são apropriados mensalmente.



Quanto as férias, são apropriados os valores relativos ao 1/3 constitucional tendo em vista que a configuração de eventos do sistema de folha de pagamentos não possibilita a separação do que é férias (principal) e o que é vencimentos quando do empenho da folha de pagamento mensal. Assim, apenas é possível a apropriação mensal do adicional de 1/3. Essa apropriação considera apenas os servidores com férias vencidas no período.

No que se refere o 13º salário, também conhecido como adicional natalino, a apropriação acontece mensalmente na razão de 1/12 da remuneração dos servidores.

Os encargos patronais sobre essas apropriações são feitos apenas na competência em que são efetivamente empenhados tendo em vista que se entendem devidos apenas no mês de empenho da despesa.

O reconhecimento do prêmio assiduidade a pagar por competência não é feita em virtude de que o sistema informatizado de folha de pagamento não possui condições de fornecer as informações necessárias para a integração. Além disso, os prêmios por assiduidade devidos são pagos no mês de constituição do direito.

PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS

Os precatórios decorrentes de condenações do Município são registrados quando do seu recebimento, distinguindo-se aqueles incluídos para pagamento durante a execução do orçamento seguinte e aqueles a serem pagos em orçamentos posteriores.

Sendo o precatório incluído para pagamento no orçamento de 2021, ele é classificado no curto prazo; caso contrário, é classificado no longo prazo.

Os registros são feitos de forma individualizada por credor principal do precatório, identificando-se a ordem cronológica para pagamento. Os registros são feitos tanto no passivo quanto em contas de controle.

No encerramento do exercício de 2020, a composição dos precatórios conhecidos pelo serviço de contabilidade era a seguinte:



Tabela 9: Lista de precatórios contabilizados

Tribunal	Posição	Valor	LOA de inclusão
TJ/RS	1º	11.023,10	2021
TJ/RS	2º	14.653,97	2021
TJ/RS	3º	190.280,34	2021
TJ/RS	4º	64.827,30	2021
TJ/RS	5º	70.593,09	2021
TJ/RS	6º	7.371,81	2021
TRT4	1º	32.351,46	2021
TRT4	-	33.248,62	-
Total		424.349,69	

RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

A gestão de riscos fiscais e passivos contingentes é excipiente no município tendo em vista que há extrema dificuldade na circulação das informações necessárias à identificação e mensuração desses elementos.

Em que pese tais dificuldades, ainda assim, quando o Serviço de Contabilidade identifica a existência de um risco fiscal ou passivo contingente cujo suporte documental possibilite a sua mensuração, o registro é feito.

Quanto aos passivos contingentes atualmente identificados, estão as ações judiciais nas quais o município é condenado em primeira instância.

Quanto as dívidas em processo de reconhecimento, quando o Serviço de Contabilidade toma conhecimento, com suporte documental, de que existe uma possível dívida do município, após informar a autoridade competente, o registro é feito até que se tenha o reconhecimento ou não da dívida.

Tabela 10: Passivos Contingentes e Riscos Fiscais reconhecidos

Passivo Contingente/Risco Fiscal	Valor
Demandas Judiciais	4.309,68
Dívidas em processo de reconhecimento	929,49
Outros passivos contingentes	143.298,49
Total	148.537,66



O item "Outros passivos contingentes" representa o valor estimado do PASEP não recolhido a alíquota de 1% sobre as receitas intra-orçamentárias nos últimos 5 anos, tendo em vista a possibilidade de cobrança de tais valores pela Secretaria da Receita Federal, em que pese existir entendimento divergente sobre o tema.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intra-orçamentárias. O quadro a seguir demonstra, resumidamente, sua execução durante o exercício financeiro:

Tabela 11 Resumo da execução intra-orçamentária

Receitas Intra-Orçamentárias		Despesas Intra-Orçamentárias			
Natureza da Receita	Valor arrecadado	Natureza da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
Receitas Correntes	3.040.304,86	Despesas Correntes	2.899.331,14	2.899.331,14	2.899.331,14
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	140.973,72	140.973,72	140.973,72
Total	3.040.304,86	Total	3.040.304,86	3.040.304,86	3.040.304,86

DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O valor informado na coluna "Receitas Realizadas" apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita.

Deduções da receita orçamentária são utilizadas para evidenciar as transferências de recursos municipais ao FUNDEB, descontos em tributos, desvalorização de investimentos financeiros (conforme descrito em Rendimentos Financeiros, entre outras situações.

A pormenorização das deduções da receita é a seguinte:

Tabela 12 Detalhamento das deduções de receitas orçamentárias

Natureza da dedução da receita	Valor
Renúncia de receita (art. 14 da LC nº 101/2000)	0,00
Restituições	694,88
Descontos concedidos	188.640,88
Compensação	0,00

Natureza da dedução da receita	Valor
Formação do Fundeb	3.657.395,10
Retificações	0,00
Outras Deduções de Receita	489.396,90
Total	4.336.127,76

No tocante ao item "Outras Deduções de Receita", cabe ressaltar que a maior parte, R\$ 597.435,04, corresponde ao registro da desvalorização de aplicações financeiras, conforme retratado no item **Rendimentos Financeiros**.

RESTOS A PAGAR

Os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício, segregando-se em processados e não processados conforme estejam liquidados ou não, respectivamente.

Os restos a pagar processados constam no passivo circulante tendo em vista que o fato gerador da despesa já se concluiu.

Ambos os tipos de restos a pagar são registrados também nas contas de natureza orçamentária e tem efeito na apuração do superávit financeiro do exercício, sendo que para esse fim os restos não processados compõem o passivo financeiro.

Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de Dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 06/2019, do Tribunal de Contas do Estado, tem-se, como regra, a necessidade de recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação.

Tabela 13 Evolução dos saldos de Restos a Pagar

Exercício	Saldo de RP Não Processados	Saldo de RP Processados	Saldo de RP
2016	708.490,71	27.060,09	735.550,80
2017	255.742,25	333.207,06	588.949,31
2018	375.875,69	234.507,97	610.383,66
2019	683.942,13	154.871,94	838.814,07
2020	450.009,36	32.466,35	482.475,71

UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Embora o superávit financeiro do exercício anterior não constitua uma receita orçamentária, é uma fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais no orçamento vigente. A sua utilização reflete em uma dotação atualizada superior à receita atualizada.

Tabela 14 Detalhamento da utilização do superávit financeiro

Fonte de Recursos	Superávit financeiro em 31 dez. 2019	Valor utilizado como fonte de créditos adicionais
0001 LIVRE	279.779,63	281.312,00
0031 FUNDEB	119.357,27	119.357,27
0050 RPPS	23.730.035,79	0,00
1005 TAXAS E MULTAS AMBIENTAIS - LEI 2378/12	24.527,93	0,00
1008 CESSAO ONEROSA - PRE-SAL - LEI N. 13885/2019	420.250,83	0,00
1021 PSB - SCFV FF	66.666,45	66.666,45
1022 REFORMA E AMPLIACAO DA QUADRA DA PRACA JOAO SAFFI	26.110,36	26.110,36
1050 IR DOACAO	11.595,91	0,00
1067 IGD-SUAS FF	5.187,32	5.187,32
1070 PNAE MAIS EDUCACAO FF	11.515,55	11.515,55
1200 PAVIMENTACAO CONVENIO 829118 MIN CIDADES	33.172,41	33.172,41
1203 PAV. URB. SICONV CONVENIO 847175/17	(154.839,00)	0,00
1206 EQUIP. PATRULHA AGRICOLA PROP045635/2018SICONV	20.737,41	7.013,93
1207 EQUIP. PATRULHA AGRICOLA PROP054169/2018SICONV	7.013,93	20.737,41
4050 FARMACIA BASICA FE	26.598,45	2.598,45
4300 Nota Fiscal Gaúcha FE	2.869,70	2.869,70
4303 CONSTRUCAO DE UBS/PSF FE	5,57	0,00
4500 ATENCAO BASICA FF	14.316,60	14.316,60
4503 ASSISTENCIA FARMACEUTICA FF	9.150,12	9.150,12
4505 INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	26.274,06	26.274,06
4520 ESF/BUCAL/PACS FF	2.163,90	2.163,90
4931 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE FF	3.051,65	3.051,30
Total	24.685.541,84	655.496,83

BALANÇO FINANCEIRO

RECEITAS E DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

As receitas e despesas extra-orçamentárias são registradas no ativo e no passivo respectivamente.

As receitas ou ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.

Despesa ou dispêndio extraorçamentário é aquele que não consta na lei orçamentária anual, compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios.

Tabela 15 Resumo da movimentação extra-orçamentária

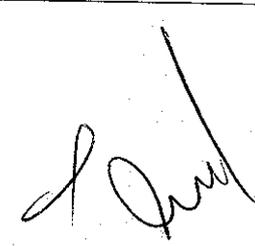
Tipo de ingresso/dispêndio	Valor do ingresso	Valor do dispêndio
Adiantamentos concedidos a pessoal	566.709,25	566.709,25
Contribuição ao RGPS a compensar	14.702,17	14.702,17
Depósitos restituíveis e valores vinculados	16.332,80	16.332,80
Contribuição ao RGPS	332.382,16	332.382,16
Pensão alimentícia	57.948,77	57.948,77
Retenções para entidades representativas de classe	39.933,73	39.933,73
Retenções – empréstimos e financiamentos	1.298.901,40	1.298.901,40
Outros depósitos	7.050,04	7.050,04
Outros valores restituíveis	138.190,00	138.190,00
IRRF a recolher para a SRF	7.464,28	7.464,28
Outras movimentações extra-orçamentárias	499,62	499,62
Total	2.480.114,22	2.480.114,22

REPASSES CONCEDIDOS

De acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, ao Regime Próprio de Previdência Social e aos órgãos da Administração Indireta, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Tabela 16 Detalhamento dos repasses financeiros concedidos

Natureza do repasse	Valor
Repasse concedidos ao Poder Legislativo (duodécimo)	1.138.737,60
Devolução do duodécimo do Legislativo para o Executivo	145.208,02



DÍVIDA FLUTUANTE

Conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida flutuante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar.

Tabela 17 Movimentação da dívida flutuante no exercício

Tipo de dívida flutuante	Saldo inicial	Inscrições	Baixas	Saldo final
Restos a pagar processados	720,00	31.746,35	154.151,94	32.466,35
Restos a pagar não processados	36.261,40	410.747,96	644.680,73	450.009,36
Serviço da dívida a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Consignações	0,00	1.881.870,38	1.881.870,38	0,00
Total	36.981,40	2.324.364,69	2.680.703,05	482.475,71

BALANÇO PATRIMONIAL

VARIAÇÃO DO VALOR DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Durante o exercício ocorreram variações no valor das aplicações financeiras dos recursos de caixa e equivalentes, registradas conforme descrito no item Rendimentos Financeiros da subseção Caixa e Equivalente de Caixa da seção Principais Políticas Contábeis.

Tabela 18 Resumo das Aplicações Financeiras das Disponibilidades

Entidade	Saldo inicial	Valorização	Desvalorização com registro orçamentário	Desvalorização sem registro orçamentário	Saldo final
Câmara	0,00	0,00	0,00	1.103,26	0,00
Prefeitura	1.789.720,12	511.218,43	2.305,35	2.305,35	2.680.830,20
RPPS	23.734.635,79	2.849.893,97	595.129,68	451.727,67	26.782.854,03
Total	25.524.355,91	3.361.112,40	597.435,03	455.136,28	29.463.684,23

No caso da Câmara, como esse órgão não realiza o registro orçamentário de receita, a valorização e a desvalorização com registro orçamentário foram realizadas na Prefeitura.

SUPRIMENTOS DE FUNDOS - ADIANTAMENTOS

No exercício das demonstrações foram movimentados os seguintes valores em suprimentos de fundos:



Tabela 19 Movimentação anual de suprimentos de fundos

Servidor responsável	Valor Repassado	Valor Prestado Contas	Valor Aprovado
JAIRO JOSE MELLER	2.000,00	0,00	0,00
ADALBERTO MARTINI	4.500,00	4.500,00	4.500,00
PEDRO NELCI MACHADO	2.000,00	0,00	
JAIR CESAR SOUZA	2.300,00	2.300,00	2.300,00
ANDERSON DIEGO SALAZAR	2.000,00	0,00	0,00
ELI OLIVEIRA BAIOTTO	3.680,00	3.680,00	3.680,00
CELSON S. SCHULTZ FONSECA	2.014,18	1.014,18	1.014,18
VANDERLEIA A. DARONCO CAUDURO	3.680,00	3.680,00	3.680,00
CARLOS ROGERIO SPENGLER	500,00	500,00	500,00
Total	22.674,18	15.674,18	15.674,18

DÍVIDA DO EXECUTIVO PARA COM O RPPS EM REGIME DE PARCELAMENTO

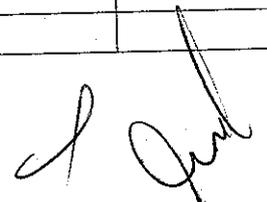
O Poder Executivo possui uma dívida parcelada para com o RPPS oriunda de contratos de mútuo entre as entidades a qual foi registrada em contas intra-OFSS, portanto, excluídas destas demonstrações consolidadas.

O parcelamento, decorrente da Lei Municipal nº 1.623/2005 foi realizado em 360 parcelas mensais no valor de 25,07 padrões de referência municipal, devendo ser atualizado nas mesmas datas e percentuais do reajuste concedido aos servidores municipais, ou na falta deste, será atualizado pela variação da Unidade de Referência Municipal (URM).

Para o exercício corrente houve o pagamento das parcelas 179 a 190, totalizando R\$ 140.973,72, pagos em parcela única em 24 jan. 2020.

Tabela 20: Evolução da dívida parcelada do Executivo para com o RPPS

Ano	Saldo Inicial	Saldo Projetado	Valor Pago	Pagamento Projetado	IPCA
2005	1.624.509,49		43.772,22		
2006	1.702.225,84		59.716,74		
2007	1.720.124,56		61.521,78		
2008	1.708.090,12		65.151,71		
2009	1.734.402,51		69.397,55		
2010	1.845.279,83		73.130,55		
2011	1.881.735,51		77.510,58		
2012	1.985.559,27		85.053,64		
2013	2.014.147,70		90.402,42		
2014	2.121.311,49		98.297,45		



Ano	Saldo Inicial	Saldo Projetado	Valor Pago	Pagamento Projetado	IPCA
2015	2.022.335,13		104.491,76		
2016	2.254.726,53		115.196,65		
2017	2.275.983,20		123.473,76		
2018	2.260.134,91		129.647,00		
2019	2.130.487,91		134.261,88		
2020	2.175.677,96		140.973,72		
2021		2.505.534,80		173.595,04	23,14%*
2022		2.402.364,34		178.837,61	3,02%
2023		2.298.681,94		184.882,32	3,38%
2024		2.184.189,14		191.038,90	3,33%
2025		2.058.326,26		197.285,87	3,27%
2026		1.921.896,40		203.737,12	3,27%
2027		1.774.343,09		210.399,33	3,27%
2028		1.615.084,73		217.279,38	3,27%
2029		1.443.513,58		224.384,42	3,27%
2030		1.258.994,68		231.721,79	3,27%
2031		1.060.864,72		239.299,09	3,27%
2032		848.430,82		247.124,17	3,27%
2033		620.969,37		255.205,13	3,27%
2034		377.724,73		263.550,34	3,27%
2035		117.907,89		390.076,33	3,27%

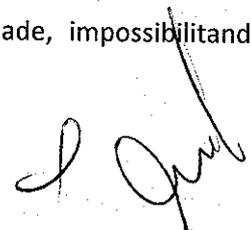
(*) Valor do IGPM/FGV aplicado à URM em 2021.

A Lei nº 1.623/2005 estabeleceu como indexador do saldo devedor a variação do padrão de vencimento dos servidores municipais e, na ausência desse, a variação da Unidade de Referência Municipal. Considerando que até a data das demonstrações contábeis, nem um, nem outro, apresentaram variação, o saldo devedor não foi atualizado.

PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Atualmente, o município é consorciado do Consórcio Fronteira Noroeste (COFRON), CNPJ nº 94.188.208/0001-20, contando com uma participação de XX%.

A Portaria STN nº 72/2012 determina que os consórcios públicos devem fornecer as informações para a atualização anual da participação dos entes, porém até a data de elaboração das demonstrações contábeis essa informação não foi recebida pelo Serviço de Contabilidade, impossibilitando a atualização dos registros contábeis.



PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS ENTIDADES

No que diz respeito à participação acionária do município em outras sociedades, atualmente o município é titular de ações cujos valores são registrados pelo método de custo dado que não se trata de uma participação como controladora das sociedades.

Tabela 21 Resumo da participação em ações/cotas

Ação/Cota	Valor
OIBR4 PN Oi Telefônica (antiga CRT)	69.481,05
EEEL3 ON CEEE	1.713,05
EEEI4 PN CEEE	4.197,71
CERTHIL Desenvolvimento (Cotas)	457,44
CERTHIL Distribuição (Cotas)	979,03
Total	76.828,28

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Durante o ano as VPD pagas antecipadamente apresentaram a seguinte evolução e distribuição:

Tabela 22 Detalhamento e movimentação das VPD pagas antecipadamente

Tipo	Saldo inicial	Inscrição	Baixa	Saldo final
Prêmios de seguros	17.370,99	26.195,47	28.055,96	15.510,50
Rendimentos do Legislativo	0,00	3.737,60	3.737,60	0,00
Assinaturas e anuidades	552,68	1.465,00	1.705,83	311,85
Parcerias/Termos de Fomento	34.716,00	169.800,00	190.866,00	13.650,00
Benefícios da Lei Aldir Blanc	0,00	58.803,44	0,00	58.803,44
Vale-passagem	0,00	2.538,84	2.538,84	0,00
Convênio com a FUNCAP	2.236,48	111,82	2.348,30	0,00
Inscrições pagas antecipadamente	0,00	798,00	798,00	0,00
Incentivo a Agromann	6.000,00	18.000,00	0,00	24.000,00
Convênio para Ponte com Giruá	0,00	110.000,00	0,00	110.000,00
Incentivo à Tryber	1.500,00	18.000,00	1.500,00	18.000,00
Total	62.376,15	409.450,17	231.550,53	240.275,79

ATIVO IMOBILIZADO

Até este ano estavam registradas diversas obras já concluídas como em andamento em virtude da falta de registro no Setor de Patrimônio da sua conclusão. Também haviam registros de obras do ano de 2016 e anteriores aguardando a conciliação com os registros do Setor de Patrimônio.



Assim, durante este ano foram realizados os ajustes necessários de modo a transferir as obras já concluídas para as contas do imobilizado adequadas. Tal ajuste importou em numa reclassificação de R\$ 987.398,55.

Também foi baixado o valor de R\$ 672.713,48 correspondente ao saldo de obras concluídas até 2016 e não incorporadas ao patrimônio visto que tais obras foram consideradas inconciliáveis entre os sistemas.

Cabe destacar ainda que existem grande quantidade de imóveis ainda não registrados no sistema de patrimônio e, portanto, na contabilidade. Tais imóveis já foram identificados pelo setor patrimonial, porém aguardam a avaliação para serem reconhecidos contabilmente.

Ainda, neste ano foram desreconhecidos os bens de infraestrutura precariamente reconhecidos até então tendo em vista a incapacidade do município em realizar sua identificação, mensuração e avaliação.

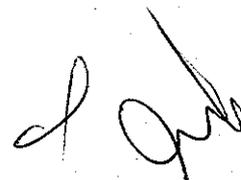
Tabela 23 Detalhamento da desincorporação de ativos de infraestrutura

Bem de infraestrutura	Valor baixado
Ruas	1.448.779,89
Pontilhão Laj. Pessegueirinho	30.752,75
Passeio para academia de saúde	13.119,45
Pavimentação Esq. Budel	177.906,57
Academias de saúde contratos 156/2018 e 157/2018	18.885,00
Pavimentação de ruas	32512,08
Rede de água Col. Medeiros	97.739,86
Rede de água Esq. Salete	59.166,95
Academia de saúde São Valentim	27.490,00
Infraestrutura elétrica na área industrial	91.200,00
Total	1.997.552,55

Depreciação, Exaustão e Amortização

Na data-base das demonstrações contábeis estão sendo depreciados 2.539 bens. Desta forma, considerando que o sistema de patrimônio registra um total de 3.932 bens, a depreciação incide sobre 64,57% do total de bens controlados.

Cabe ainda relatar que existem, na data-base destas notas, 286 bens com valor líquido contábil igual a zero.



Reavaliação

Até a data-base das demonstrações, ainda não foi concluída a reavaliação geral e não estão disponíveis informações sobre a quantidade de bens reavaliados nem sobre a quantidade de bens a reavaliar.

Tabela 24: Resumo da valorização/desvalorização do imobilizado

Classe	Valorização	Desvalorização	Resultado
Móveis	5.720,00	0,00	5.720,00
Imóveis	1.900,00	0,00	1.900,00
Total	7.620,00	0,00	7.620,00

PROVISÕES A LONGO PRAZO

Classificam-se como provisão aqueles passivos cujo valor ou prazo para extinção são incertos.

Nesse sentido estão classificados no longo prazo os valores apurados em condenações judiciais com trânsito em julgado cuja estimativa de valor já se conheça, porém não houve ainda a expedição do precatório correspondente.

Tabela 25 Provisões para sentenças judiciais

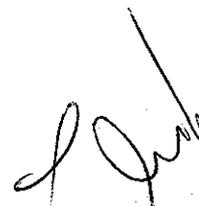
Processo	Valor
TJ/RS 074/1.06.0001496-8	1.165.497,36
Total	1.165.497,36

Também estão classificadas as provisões matemáticas previdenciárias cuja data-base do cálculo é o 31 dez. 2019.

Tabela 26 Resumo das provisões matemáticas previdenciárias

Componente	Valor
Plano Previdenciário – Provisões de benefícios concedidos	19.527.487,04
Plano Previdenciário – Provisões para benefícios a conceder	43.190.870,08
Plano Previdenciário – Plano de Amortização	(45.363.295,72)
Provisões atuariais para ajustes do plano previdenciário	(8.555.249,35)
Total	8.799.812,05

Cabe ressaltar que a atualização das provisões matemáticas previdenciárias não foram atualizadas tendo em vista que as informações atuariais não foram colocadas à disposição do serviço de contabilidade a tempo de incluí-las no encerramento do exercício.



AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Não foram realizados ajustes relevantes.

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

De acordo com o MCASP, os ajustes de exercícios anteriores são relacionados com registros decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, omissão de registro, ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Nesse sentido, o valor baixado de R\$ 7.146,44 é relativo a apropriação de parcelas prestada contas no âmbito de Termos de Fomento e de valores relativos à dívida ativa, ambos conhecidos pelo serviço de contabilidade após o encerramento do exercício correspondente.

RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO E RESPONSÁVEIS APURADOS

Na ocorrência de prejuízo ao patrimônio público, havendo a instauração de sindicância ou outro processo de apuração de responsabilidade, quando a informação é fornecida ao Serviço de Contabilidade, é feito o registro em contas de controle, sendo que na realização de despesa orçamentária decorrente do prejuízo é registrada utilizando-se uma variação patrimonial diminutiva.

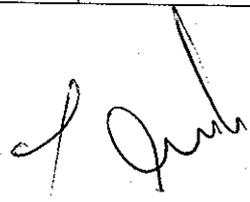
Tabela 27 Valores registrados de responsabilidade em apuração

Categoria	Valor
Valores antigos pendentes de conciliação	419.065,82
Demais responsabilidades em apuração	1.088,80
Responsáveis por danos ou perdas	0,00
Pagamentos sem respaldo orçamentário	8.771,16
Total	428.925,78

Quando o Serviço de Contabilidade recebe a informação da identificação da responsabilidade por dano ao patrimônio, o controle da responsabilidade em apuração é baixado e o crédito a receber é registrado no ativo em contrapartida de uma variação patrimonial aumentativa.

Tabela 28 Créditos a receber oriundos de danos ao patrimônio

Categoria	Valor
Nada registrado a receber	
Total	0,00



CONTROLE DE CONTRATOS EM EXECUÇÃO

O controle dos valores a executar e executados de contratos administrativos é feito em contas de natureza de controle com base nas informações do sistema informatizado de contratos, de forma integrada com o sistema informatizado de execução orçamentária da despesa e de contabilidade.

Atualmente o controle é feito apenas quanto aos contratos onde o Município é o contratante.

Tabela 29 Resumo dos valores contratados e executados

Tipo de contrato	Valor a Executar	Valor Executado
Contratos de serviços	752.301,52	1.393.559,69
Contratos para fornecimento de bens	497.919,07	45.151,86
Outras obrigações contratuais	119.693,03	204.358,02
Total	1.369.913,62	1.643.069,57

ATIVOS CONTINGENTES

Atualmente o município possui registro de um ativo contingente referente a IRRF recolhido para a Secretaria da Receita Federal em virtude da IN SRFB nº 1.500/2014 que obrigou os municípios a recolher o IRRF que não decorresse de pagamento de remunerações a servidores, sendo que até então, essa era considerada receita orçamentária dos municípios.

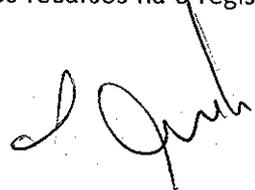
Desta forma, diante das decisões judiciais favoráveis já concedidas a outros entes nacionais e diante da possibilidade de reversão desse entendimento por parte do Supremo Tribunal Federal, foi registrado como ativo contingente o valor de R\$ 83.998,21, correspondendo ao valor recolhido à Receita Federal desde 2015 até a data-base das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

O município mantém alguns termos de fomento com instituições privadas sem fins lucrativos a fim de apoiar tais instituições, seja na sua manutenção, seja no desenvolvimento de atividades ligadas à programas públicos.

Os eventos de dos valores a repassar, repasse, apresentação da prestação de contas e sua aprovação são registrados em contas de controle, sendo que, quando do repasse dos recursos há o registro de



uma VPD a apropriar no ativo que será efetivamente apropriada como variação diminutiva por ocasião da aprovação da prestação de contas.

Tabela 30 Relação de termos de fomento em aberto

Termo de Fomento Entidade	Vigência	Valor a Repassar	Valor Repassado	Valor Prestado Contas	Valor Aprovado
001/2020 – APAE Independência	31 dez. 2020	163.800,00	163.800,00	150.150,00	150.150,00
003/2020 – Bombeiros de Três de Maio	31 dez. 2020	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Total		166.800,00	166.800,00	153.150,00	153.150,00

TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS

Em 2020 o município realizou no âmbito do programa de incentivo econômico a transferência de recursos a empresas por meio do pagamento de alugueis das instalações de indústrias:

Tabela 31 Transferências a Empresas com Fins Lucrativos

Empresa	Valor Transferido no Ano	Valor a Prestar Contas
Tryber – incentivo/aluguel	18.000,00	0,00
Agromann – incentivo/aluguel	18.000,00	0,00
Total	36.000,00	0,00

A cada repasse feito, um registro no ativo circulante foi realizado referente a VPD a apropriar. A apropriação é feita por ocasião da prestação de contas.

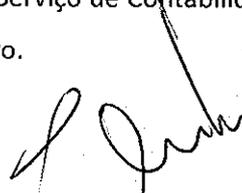
VALORES TRANSFERIDOS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS

O município integra o consórcio público CONSÓRCIO FRONTEIRA NOROESTE – COFRON e a ele transfere valores por meio de contratos de rateio, fazendo o registro das transferências em contas de natureza de controle.

Tabela 32 Total transferidos ao COFRON por finalidade

Finalidade	Valor Transferido
Manutenção do consórcio	15.554,04
Manutenção da UPA/SAMU Regional	62.042,52
Total	77.596,56

A informação sobre a prestação de contas de tais valores não chega ao Serviço de Contabilidade, por isso são registrados apenas as transferências em cada exercício financeiro.



Os valores transferidos para pagamento da prestação de serviços encaminhados através do consórcio, que atualmente abrangem apenas serviços na área de saúde, não é feita por meio de contrato de rateio.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intra-orçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas.

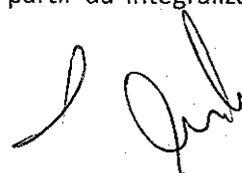
O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e concedidas e dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos à DFC, elaborados conforme a 8ª edição do MCASP.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante (obras, instalações, equipamentos, material permanente, bens imóveis, títulos de crédito, títulos representativos de capital e constituição ou aumento de capital de empresas), e as concessões de empréstimos e financiamentos.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, bem como as receitas obtidas a partir da integralização do



capital social de empresas dependentes. Os desembolsos são decorrentes da amortização e refinanciamento da dívida.

OUTROS INGRESSOS E OUTROS DESEMBOLSOS

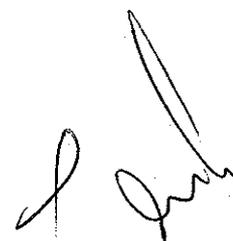
Os valores apresentados contemplam recebimentos e pagamentos que não transitam pelo orçamento, mas que afetaram o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, como as receitas e despesas extraorçamentárias, ajustes de exercícios anteriores no caixa e equivalente de caixa, perdas involuntárias e rendimentos negativos das aplicações financeiras do RPPS.

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Seguindo uma tendência mundial, a Contabilidade Pública Brasileira vem adotando ao longo dos anos uma série de normativas que convergem para o fim específico de uniformização da informação contábil. Essa uniformização passa obrigatoriamente pela padronização de procedimentos de registro das informações, processo iniciado nos anos de 2008 e 2009 com a Portaria nº 184/2008, do Ministério da Fazenda, e o Decreto nº 6.976/2009, instrumentos normativos que conferiram à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a incumbência de editar normas sobre procedimentos e planos de contas contábeis de âmbito nacional.

Como forma de fomentar essa uniformização e a convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Pública, em 2015 a STN editou a Portaria nº 548, cujo propósito foi estabelecer diversos ajustes visando a adoção integral das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e a padronização dos procedimentos contábeis pelos Entes da Federação.

Aquela norma determinou que os Entes da Federação, União, Estados, Municípios e Distrito Federal, estabelecessem um Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), obedecendo aos prazos-limite estabelecidos pela normatização vigente, sendo que, o Ente que não atendesse integralmente aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) após os prazos-limite poderia não ter a quitação da obrigação prevista no § 1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), ficando impossibilitado de receber recursos de transferências voluntárias e contratar operações de crédito.



Desta forma, se tornou imperioso por parte dos Entes da Federação a adoção dos PCP sob pena de sofrerem restrição sob parcela relevante de recursos em prejuízo direto à população.

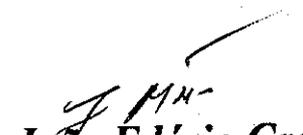
Tendo isto em mente, em 30 set. 2020 o Serviço de Contabilidade apresentou relatório sobre o andamento da implementação dos PICP.

Tabela 33 Resumo da implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais

Procedimento	Prazo	Implementado
Dívida ativa	2015	Sim
Provisão atuarial do RPPS	2016	Sim
Obrigações com fornecedores	2016	Sim*
Demais créditos a receber	2019	Sim
Obrigações decorrentes de benefícios a funcionários	2019	Sim*
Investimentos permanentes	2021	Sim
Provisões por competência	2021	Sim
Empréstimos, financiamentos e dívida contratual	2021	Sim**
Créditos previdenciários	2022	Sim
Ativo intangível	2022	Sim**
Créditos tributários	2022	Não
Estoques	2023	Não
Bens de infraestrutura	2024	Não
Bens do patrimônio cultural	2024	Não

Independência, RS, 26 de janeiro de 2021.


EVERTON DA ROSA
 CONTADOR
 CRC/RS - 076595/0-3
 CPF nº 022.870.100-10


João Edécio Graef
 Prefeito Municipal
 Matrícula: 2309